

Projeto Básico Ambiental (PBA) UHE Teles Pires

P.41 - Programa de Interação e Comunicação Social

Equipe Responsável pela Elaboração do Programa			
Responsável	Registro Profissional	Cadastro Técnico Federal – IBAMA	Assinatura
Ana Maria Iversson	DRT 280/84	460134	
Márcia Eliana Chaves	DRT 979/87	2492389	
Flaviane Flor de Faria	CREA 5062872490	5207842	

Controle de Revisão			
Revisão	Data	Descrição	Responsável/ Empresa
00	03/03/2011	Revisão Técnica	Renata Cristina Moretti/ JGP Consultoria e Participações Ltda.
01	20/07/2011 (Versão Final)	Revisão Técnica motivada pelo Parecer Técnico N° 60/2011 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA	Ana Maria Iversson/ Flaviane Flor de Faria/ JGP Consultoria e Participações Ltda.

P.41 - Programa de Interação e Comunicação Social

1. Introdução / Justificativa

O Programa de Interação e Comunicação faz parte do Projeto Básico Ambiental (PBA) da UHE Teles Pires, como parte integrante dos Programas de Apoio ao Plano de Gestão Ambiental.

Em função da necessidade de manter canais de comunicação adequados com todas as partes interessadas habitando as áreas de influência da UHE Teles Pires, o Programa de Interação e Comunicação Social perpassa praticamente todas as atividades propostas nos demais programas integrantes do PBA, uma vez que as ações preventivas, mitigadoras ou compensatórias previstas para o empreendimento devem ser de amplo conhecimento de todos. No EIA da UHE Teles Pires, a maioria dos impactos potencialmente negativos identificados incluem ações de comunicação social como mitigação. Listam-se alguns deles abaixo:

- Geração de Expectativas na População;
- Mobilização da Sociedade Civil;
- Valorização e Especulação Imobiliária;
- Alteração da Dinâmica Demográfica;
- Modificação das Relações Sociais e Culturais;
- Aumento da Demanda por Serviços Públicos e Pressão sobre a Infraestrutura;
- Acréscimo da Prostituição;
- Perda de Terras e Benfeitorias;
- Modificação das Condições Atuais para Pesca Comercial, Esportiva e de Subsistência;
- Modificação das Condições para Atividades Turísticas;
- Modificação das Condições Atuais de Extração Mineral e Redução da Demanda por Bens e Serviços.

Além disso, o Programa de Interação e Comunicação Social também apoiará aos programas ambientais relativos ao meio físico e biótico, especificamente aqueles relacionados à divulgação de ações de monitoramento de impactos de sismicidade induzida e todos os programas vinculados ao aumento da pressão antrópica sobre a flora e fauna.

Por outro lado, as medidas do presente Programa deverão ainda potencializar três impactos positivos, que são: Ampliação do Conhecimento Técnico-Científico; Geração de Empregos e Elevação das Receitas Públicas Municipais.

O Programa de Interação e Comunicação Social busca atender à necessidade de manter a população informada sobre o empreendimento, com destaque para as interferências que poderão ocorrer direta ou indiretamente em seu cotidiano, e atendendo às expectativas e demandas associadas à sua implantação e operação.

O atendimento à necessidade da população de receber informações sobre o empreendimento, seus impactos e medidas adotadas, permitirá o estabelecimento de um processo organizado de interlocução entre empreendedor e partes interessadas intervenientes, possibilitando, quando necessário, a reavaliação das ações ambientais empreendidas e em andamento.

O Programa de Interação e Comunicação Social será implantado durante todo o ciclo de construção e operação do empreendimento, ou seja, durante as fases de planejamento, construção e operação, e envolverá as medidas destinadas a prestar esclarecimentos à população local, primeiramente sobre as características das obras, e, em um segundo momento, sobre os procedimentos de operação da UHE Teles Pires.

2. Objetivo

O Programa de Interação e Comunicação Social tem como principal objetivo a manutenção de mecanismos adequados de comunicação com todas as partes interessadas e empreendedor, propiciando tanto a difusão de informações, de forma a garantir a transparência das ações do empreendedor, como o recebimento de sugestões e críticas, permitindo o contínuo aprimoramento das ações sob responsabilidade do empreendedor. Portanto, o programa pressupõe mecanismos participativos, visando à interação e acompanhamento, pelos atores sociais regionais e nacionais do cumprimento dos compromissos assumidos pelo empreendedor para a construção e operação da UHE.

O Programa deve estar embasado nos princípios de compromisso e responsabilidade social, com propostas de ação que incluam a efetiva participação da sociedade em seus diversos atores (população residente na AID e AII, autoridades municipais, entidades públicas e privadas, entre outros). Deve-se ressaltar a importância do envolvimento da sociedade nas fases de planejamento e implantação, fundamental para a garantia da legitimidade necessária ao empreendimento.

Os objetivos específicos do Programa de Interação e Comunicação Social são descritos a seguir:

- Divulgar com total transparência, tanto junto aos colaboradores internos quanto ao público externo, os objetivos do empreendimento, o projeto, os impactos potenciais das obras e da operação da UHE; os programas de controle ambiental das obras; e os canais de contato para esclarecimentos e reclamações.
- Repassar informações sobre o empreendimento à população residente nas áreas de influência, o cronograma dos principais eventos das obras, as principais transformações socioeconômicas decorrentes de sua construção e operação.
- Estabelecer um relacionamento de confiança com as comunidades a serem afetadas de maneira mais direta.
- Padronizar os procedimentos de comunicação sobre as obras, garantindo que somente interlocutores autorizados transmitam as informações e que o façam de maneira congruente, sem entrar em contradições.
- Contribuir, por meio da comunicação, para a minimização de eventuais impactos potenciais associados às diversas fases do empreendimento.

- Estabelecer canais de interlocução sistemática entre o empreendedor e os diversos segmentos das comunidades envolvidas, Poder Público local e representações da sociedade civil organizada, de maneira a permitir que o empreendedor se mantenha informado sobre as expectativas e demandas da população decorrentes do processo de implantação da UHE.
- Apoiar outros Programas Ambientais nas suas necessidades de comunicação social.
- Identificar todas as partes interessadas intervenientes, buscando estabelecer os canais de comunicação mais adequados para ser utilizados.
- Promover, caso mostre-se pertinente, o estabelecimento de parcerias para ações conjuntas com outros atores sociais locais e regionais em campanhas específicas em consonância com o Plano de Gestão Ambiental.

3. Metas

A meta do Programa de Interação e Comunicação Social é o de gerenciar todas as ações de comunicação com partes interessadas intervenientes na implantação e operação da UHE Teles Pires. Para tanto, será elaborado e detalhado um Plano de Comunicação Social com os seguintes componentes:

O Plano de Comunicação incluirá o detalhamento das seguintes atividades:

- Realização, durante todo o período de construção, de campanhas de divulgação nos meios de comunicação locais, nos municípios afetados pelas obras da UHE, com foco na descrição do avanço das obras e na programação de abertura de frentes de trabalho, envolvendo a realização de atividades em cada município afetado.
- Realização de campanhas locais de divulgação sobre a abertura de novas frentes de obra, sempre com pelo menos dez (10) dias de antecedência, dirigidas à população do entorno imediato (AID).
- Implantação e gerenciamento de um Sistema de Atendimento a Consultas e Reclamações, respeitando a meta de encaminhamento de esclarecimentos e/ou providências em até dez (10) dias em todos os casos.
- Apoiar as atividades de implantação e divulgação de resultados de outros programas integrantes do PBA.
- Gerenciar o atendimento de informações junto a órgãos de imprensa ou comunicação de abrangência regional ou nacional, garantindo o fornecimento de informações fidedignas sobre o empreendimento e implantação de compromissos sócio-ambientais.

4. Área de Abrangência

As atividades do Programa de Interação e Comunicação Social serão prioritariamente desenvolvidas nas áreas de influência indireta (AII) e direta (AID) definidas no EIA da UHE Teles Pires (EPE/LEME-CONCREMAT, 2010). Ações de gestão de relacionamento com meios de comunicação terão abrangência nacional.

As atividades serão desenvolvidas principalmente na AII, conforme os públicos-alvo a que se destinam, concentrando-se nos municípios de Paranaíta, Jacareacanga e Alta Floresta.

5. Base Legal e Normativa

- Constituição Federal de 1988. Em seu Título VIII – da Ordem Social, Capítulo VI – do Meio Ambiente, Art. 225, estabelece que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
- Lei 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências.

O seu Art. 4º (V) estabelece que a Política Nacional do Meio Ambiente visa à divulgação de dados e informações ambientais para a formação de consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico.

- Agenda 21. Em seu Capítulo 40, determina, em suma, que no processo do desenvolvimento sustentável, tanto o usuário quanto o provedor de informação, devem melhorar a disponibilidade da informação.
- Resolução CONAMA Nº 009, de 03 de dezembro de 1987, que dispõe sobre a realização de Audiências Públicas.

6. Metodologia / Atividades a serem desenvolvidas

O Programa de Interação e Comunicação Social será implantado durante as fases de planejamento, construção e operação da UHE Teles Pires, e envolverá as medidas destinadas a prestar esclarecimentos à população local, primeiramente sobre as características das obras, e em um segundo momento, sobre os procedimentos de operação da usina. O Programa também incluirá, como medida, a implantação de um mecanismo de atendimento a consultas e reclamações, direcionado ao recebimento de questionamentos e eventuais reclamações geradas pela interferência das obras com a população.

As diversas ações de divulgação e comunicação social são descritas nas Seções a seguir.

6.1 Divulgação e comunicação na fase de planejamento e licenciamento

Durante a fase de planejamento e licenciamento ambiental, o trabalho de comunicação social junto aos diversos públicos alvo será feito mediante uma campanha geral de divulgação do empreendimento, de modo a esclarecer a população acerca da finalidade e das características da obra e de seus impactos negativos e benefícios, durante as fases de construção e operação, de forma ética e transparente.

Essa campanha de divulgação incluirá boletins informativos nos veículos de comunicação regionais, tais como rádio, televisão e jornais de circulação local. São previstos também material impresso, em formato de folders, com informações resumidas dos principais temas de interesse das comunidades, tais como cronograma de implantação, geração de empregos, atividades de treinamento, canais de comunicação com o empreendedor, entre outros.

A divulgação prévia deverá fornecer à população as informações pertinentes a respeito da UHE, contemplando os seguintes aspectos:

- Objetivos da obra e seus benefícios;
- Características da obra;
- Principais impactos negativos e benefícios esperados;
- Compromissos de mitigação e compensação ambientais assumidos;
- Obrigações/responsabilidades da Construtora na prevenção dos impactos ambientais;
- Esclarecimentos quanto às áreas diretamente afetadas;
- Esclarecimentos quanto à área a ser inundada para formação do reservatório e sobre a compensação pela perda de terras;
- Esclarecimentos sobre os procedimentos de indenização e compensação por perda de terras;
- Informação sobre os meios de encaminhamento de consultas e reclamações.

Um cadastro de partes interessadas (*stakeholders*) deverá ser montado, incluindo dados dos principais representantes de instituições públicas, organizações da sociedade civil e comunidades, a fim de viabilizar as possíveis parcerias a serem estabelecidas com as mesmas para apoio aos demais programas do PBA.

Os principais stakeholders a constar nesse cadastro são apresentados a seguir:

- IBAMA;
- Ministério da Saúde;
- IPHAN;
- FUNAI;
- Secretarias de estado de MS e do PA;
- Prefeituras;
- Ministério Público;
- Entidades de estado da segurança pública, de educação e de saúde;
- Proprietários de locais diretamente afetados;
- Trabalhadores da ADA não proprietários;
- Donos de hotéis e pousadas;
- Operadores de turismo;
- Indígenas (os que trabalham na área);
- Comerciantes locais;
- Sindicatos locais;
- Moradores de localidades próximas às obras;

- Moradores de Paranaíta;
- Moradores de Alta Floresta.

6.2 Divulgação dirigida, vinculada ao processo de compensação pela perda de terras e reassentamento da população afetada

Esta medida é direcionada exclusivamente aos proprietários e moradores das áreas diretamente afetadas pela construção de barragem e formação do futuro reservatório.

Os proprietários e moradores diretamente afetados pela implantação da UHE, identificados através de Cadastro Físico e Socioeconômico na ADA, serão contatados individualmente por equipe conduzida por profissionais da área social, para fornecimento de informações sobre:

- Descrição detalhada da metodologia de avaliação adotada para a compensação pela perda de terras e benfeitorias, sempre com referência às normas técnicas aplicáveis (NBR 14.653/2004 – Avaliação de Bens);
- Direitos e deveres do desapropriante e dos desapropriados em projetos de utilidade pública;
- Critérios para determinação das pessoas afetadas pelo projeto e formas de compensação e/ou apoio social;
- Existência de um sistema de atendimento a consultas e reclamações, com foco também no recebimento e esclarecimento de dúvidas acerca do processo de remanejamento da população afetada.

6.3 Divulgação e comunicação nas fases de construção e enchimento do reservatório

Durante a fase de construção, as atividades de divulgação utilizarão os mesmos meios descritos na **Seção 6.1** e também canais de informação, através de material informativo e pessoal capacitado, para informar a população local sobre as oportunidades de trabalho abertas pela Construtora e suas subcontratadas; o avanço dos cronogramas de obras; as necessidades de supressão de vegetação; indenização e desapropriação; as interferências com estradas vicinais e os riscos de saúde pública associados às obras e ao enchimento do reservatório. No caso dos proprietários de terras ou atividades econômicas diretamente afetadas pelas obras, deverão constituir um público alvo específico, para o qual a comunicação disporá de instrumentos particulares (**Seção 6.2**).

O andamento das atividades dos Programas Ambientais também será divulgado aos públicos-alvo a partir da realização de seminários e reuniões públicas anuais.

De forma mais detalhada, os planos de comunicação social na construção buscarão informar e esclarecer a população local principalmente sobre:

- Pré-requisitos para inclusão no programa de seleção e capacitação de mão-de-obra local.

- Divulgação da abertura de frentes de obra e das interferências por meio da distribuição de panfletos, afixação de cartazes e contatos diretos com a população vizinha.
- Divulgação prévia dos programas de uso de vias e acessos locais, considerando a alteração de traçados viários e obstrução de estradas vicinais devido à circulação de veículos a serviço das obras. Para isso serão utilizados os mesmos instrumentos citados anteriormente, com orientação para circulação de veículos e pedestres.
- Cuidados para prevenção de acidentes com a população usuária em frentes de obra e estradas de acesso.
- Cuidados preventivos de Saúde Pública evitando o contágio de vetores transmissores de malária, e outras enfermidades de notificação compulsória, com a ampla divulgação de medidas preventivas, sintomas e orientações sobre atendimento médico. Essas ações deverão ser desenvolvidas por meio de parceria com os órgãos municipais de saúde.
- Campanhas preventivas de saúde com foco em temas como respeito à mulher e à criança.
- Campanhas voltadas ao enfrentamento e combate da prostituição e exploração sexual infantil, incluindo a divulgação do Disque Denúncia Nacional ou Disque 100, e produção de material de orientação, conforme previsto no Programa de Reforço a Infraestrutura e Equipamentos Sociais (P.36).
- Esclarecimentos sobre a possibilidade de ocorrência de eventos sísmicos induzidos e seus possíveis efeitos (em atendimento ao Parecer Técnico N° 111/2010).
- Divulgação do andamento das atividades dos Programas Ambientais.

A Construtora contará com um responsável pelo fornecimento de informações à população e deverá manter um sistema de registros de consultas e reclamações, similar ao proposto para o empreendedor. Dependendo do tipo de demanda feito, as respostas ou esclarecimentos deverão ser fornecidos de maneira integrada entre o empreendedor e construtora. O sistema deverá seguir o mesmo padrão proposto no procedimento descrito na **Seção 6.4**.

Os procedimentos acima também envolverão esforços de coordenação e programação das equipes do empreendedor, construtora e demais partes interessadas, inclusive autoridades municipais e lideranças comunitárias dos municípios diretamente afetados pelo projeto, a fim de garantir a veiculação de informações corretas e maximizar a sua penetração junto ao público.

A comunicação com instituições públicas das áreas de saúde, educação e segurança será objeto de procedimentos específicos, buscando-se a veiculação adequada de práticas preventivas nas áreas de saúde e segurança públicas, sempre que possível com sinergia em campanhas e programas já existentes. .

O público interno (população empregada diretamente pela Construtora ou pelas subcontratadas) será alvo de um plano de comunicação específico, que deverá conter informações básicas sobre questões de saúde pública e ocupacional, preservação e educação ambiental, preservação do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e paleontológico, e respeito a comunidades indígenas e tradicionais.

6.4 Atendimento a consultas e reclamações

Desde o início do Programa de Interação e Comunicação Social, o empreendedor disponibilizará um sistema para recebimento, encaminhamento e resposta de consultas, dúvidas, reclamações e sugestões, funcionando como uma ouvidoria específica para a implantação do empreendimento. Os cidadãos terão acesso a um local apropriado para envio de correspondência, telefone gratuito (0800) ou e-mail. .

Toda e qualquer reclamação sobre prejuízos e interferências supostamente provocados pelas obras e pela operação do empreendimento será recebida e averiguada, devendo-se informar ao solicitante um tempo máximo para a resposta. Todas as consultas e reclamações deverão ter necessariamente alguma resposta, e os registros das mesmas serão mantidos em base de dados permanentemente atualizada.

As estatísticas consolidadas de consultas e reclamações serão periodicamente analisadas pelo empreendedor e, quando forem verificados problemas de desinformação, os responsáveis pela elaboração de conteúdos para divulgação serão acionados, de forma a adequar os mesmos.

6.5 Comunicação social durante a operação

Durante a fase de operação, o foco do Programa será na construção de canais de diálogo com todas as partes interessadas e no apoio às necessidades de divulgação e consulta dos demais Programas Ambientais propostos para a gestão da operação do empreendimento.

Os procedimentos básicos de divulgação e comunicação integrantes desse programa incluirão:

- Acompanhamento de notícias sobre o empreendimento nos meios de comunicação (*clipping*);
- Veiculação de informações a públicos externos através dos meios de comunicação, incluindo o *website* do empreendedor;
- Veiculação indireta de informações do empreendimento através de instituições dos setores de engenharia, energia e saúde pública;
- Divulgação de informações a públicos externos através de meios estruturados específicos;
- Divulgação de informações junto a públicos internos da operadora.

Além dessas atividades, serão realizados anualmente seminários e/ou reuniões públicas para divulgação dos principais resultados da execução dos Programas Ambientais.

O empreendedor manterá canal de comunicação permanente com órgãos municipais, estaduais e federais intervenientes no processo de licenciamento e operação do empreendimento, garantindo o acesso destes órgãos a informações sobre o andamento dos diversos programas sociais e ambientais previstos para a etapa de operação da UHE. Torna-se particularmente importante neste sentido, a disponibilização dos resultados dos

programas de recomposição florestal e de monitoramento de indicadores ambientais e sociais na fase de operação, que deverão ter ampla divulgação em linguagem acessível, podendo ser apresentados em seminários e/ou reuniões e, ainda, disponibilizados na imprensa e em relatórios de balanço social e ambiental preparados anualmente.

A gestão do uso múltiplo do reservatório e das suas áreas envoltórias envolverá relacionamento direto ou indireto com as partes interessadas e necessidades específicas de comunicação em apoio ao Programa de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório (PACUERA). Os usuários serão esclarecidos sobre os usos permitidos dentro e fora da APP, bem como sobre questões específicas associadas à segurança operacional da barragem, da usina e da subestação.

6.6 Avaliação do Programa

A avaliação das atividades do Programa será de responsabilidade da equipe do Programa de Comunicação Social e será realizada semestralmente durante todas as fases do empreendimento. A eficácia dos instrumentos e ações adotadas será medida por meio de pesquisas de opinião quantitativas (questionários) e qualitativas (grupos de discussão).

A pesquisa de opinião será segregada em dois públicos-alvo: população em geral (municípios da AII) e população diretamente afetada (ADA). Buscar-se-á, a partir dos resultados das pesquisas, identificar necessidades de ajustes e propor adequações e estratégias que contribuam para a melhoria da qualidade da informação.

7. Indicadores de Desempenho

São considerados como indicadores básicos do Programa de Interação e Comunicação Social:

- A realização de 100% das atividades de interação e comunicação previstas;
- A plena operacionalização de um sistema de recebimento de consultas e reclamações da população desde o início dos trabalhos de mobilização do empreendimento;
- O atendimento da meta de 10 dias para encaminhamento de esclarecimentos e respostas a consultas e/ou reclamações recebidas;
- Identificação do grau de informação da população da região em relação ao empreendimento;
- Número de eventos e atividades realizadas;
- Número de materiais de divulgação produzidos e distribuídos, em relação a cada assunto definido, em relação ao satisfatório atendimento dos públicos-alvo da AID e AII.

8. Etapas / Prazos

O Programa de Interação e Comunicação Social estender-se-á por todas as etapas do empreendimento, ou seja, planejamento, construção e operação da UHE.

A maior parte das atividades do Programa terá início efetivamente após a emissão da Licença de Instalação (LI) do empreendimento, quando iniciar-se a mobilização na região.

Algumas atividades do Programa prosseguirão após o início da operação da UHE, estendendo-se por todo o período de concessão.

O cronograma ilustrativo das atividades de Interação e Comunicação Social em relação às obras da UHE Teles Pires está apresentado no final deste Programa.

9. Relatórios

Serão elaborados Relatórios com periodicidade semestral, consolidando, de maneira unificada, os resultados das atividades desenvolvidas no âmbito do Programa de Interação e Comunicação Social.

10. Recursos Humanos e Materiais Necessários

O Programa de Interação e Comunicação Social deverá ser operacionalizado por equipe composta por um profissional da área de Comunicação (Jornalista ou especialista em audiovisual) com apoio de profissional com experiência em relações comunitárias. Os diversos profissionais envolvidos na execução dos Programas do meio biótico e físico fornecerão as informações técnicas pertinentes para a elaboração dos materiais de divulgação.

Essa equipe trabalhará integrada à equipe de Gestão Ambiental do empreendedor, que garantirá os recursos materiais necessários para a produção de peças gráficas, atendimento telefônico, veiculação de informação através de mídias adequadas e demais atividades.

11. Parcerias Recomendadas

O responsável pela implementação deste Programa é o empreendedor, que poderá estabelecer parcerias com prefeituras dos municípios de Paranaíta, Jacareacanga e Alta Floresta, ou com entidades representativas da sociedade civil organizada, como ONGs, sindicatos, associações de moradores de bairros, entre outras.

Neste sentido, inclusive seguindo diretriz sugerida no Parecer Técnico N° 111/2010, as informações técnicas a ser objeto de divulgação pelo presente Programa deverão estar consolidadas em um banco de dados padronizado e sistemático, englobando todos profissionais e instituições de pesquisa envolvidos na execução de todos os programas e respectivos estudos e pesquisas realizados no âmbito da elaboração do projeto de engenharia e com os estudos ambientais da UHE Teles Pires, divulgando-os e fomentando novas pesquisas a partir desse conhecimento adquirido. Da mesma forma, as informações de consulta, eventos, e reclamações recebidas pelo empreendedor também deverão ser integradas ao banco de dados, sempre com o objetivo de aprimorar os canais de comunicação com as partes interessadas.

12. Interface com outros Planos, Programas e Projetos

O Programa de Interação e Comunicação Social é transversal à implantação da maioria dos programas ambientais do PBA, atendendo às suas necessidades específicas de comunicação com partes interessadas.

No entanto, há Planos e Programas com interface mais direta com o Programa de Interação e Comunicação Social, por possuírem atividades a serem realizadas em conjunto ou que representem subsídio ao mesmo. São eles:

- P.01 - Plano de Gestão Ambiental
- P.02 - Plano Ambiental para a Construção
- P.05 - Programa de Contratação e Desmobilização de Mão-de-obra
- P.06 - Programa de Monitoramento da Sismicidade
- P.08 - Programa de Acompanhamento das Atividades Minerárias
- P.12 - Programa de Monitoramento Limnológico e da Qualidade da Água
- P.29 - Programa de Controle e Prevenção de Doenças
- P.30 - Plano de Ação e Controle da Malária
- P.31 - Programa de Preservação do Patrimônio Cultural, Histórico e Arqueológico
- P.32 - Programa de Investigação, Monitoramento e Salvamento do Patrimônio Fossilífero
- P.36 - Programa de Reforço à Infraestrutura e aos Equipamentos Sociais
- P.37 - Programa de Apoio à Reinserção e Fomento das Atividades Econômicas Locais
- P.38 - Programa de Apoio à Revitalização e Incremento da Atividade de Turismo
- P.39 - Plano de Desenvolvimento dos Territórios da Área de Influência
- P.40 - Programa de Compensação pela Perda de Terras e Deslocamento Compulsório de População
- P.42 - Programa de Educação Ambiental
- P.43 - Programa de Acompanhamento da Atividade Pesqueira
- P.44 - Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial – PACUERA
- Programa de Gerenciamento e Controle de Usos Múltiplos
- Plano de Contingência e Plano de Ação de Emergência

13. Referências Bibliográficas

Não há bibliografia específica relacionada a este Programa.

